

O ÍNDICE DE GINI NO LITORAL SUL DA BAHIA (1920/1996): UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA

Hingryd Inácio de Freitas¹
Guiomar Inez Germani²

RESUMO: *A consolidação da monocultura cacaueteira atribuiu um forte caráter mercantil ao processo de apropriação/transformação da terra no Litoral Sul da Bahia, sendo assim estabelecida uma organização sócio-espacial marcada pela concentração fundiária e pela exploração da força de trabalho assalariada onde se revela uma intensa segregação social. Neste contexto, a luta pela democratização do uso e da posse da terra passou a ser conduzida pelas famílias historicamente “excluídas” como forma de garantir a sua ressocialização e reprodução social. Em contrapartida, a oligarquia regional vem (re)criando suas estratégias para a manutenção da hegemonia política e econômica. Dentre estas, destaca-se o fortalecimento do discurso da “inviabilidade da reforma agrária dada a inexistência de latifúndios” na tentativa de reprimir a resistência e a luta pela/na terra. O que se evidencia, contudo, com o cálculo do Índice de Gini dos municípios que integram a região, na série histórica de 1920 à 1996, é que o espaço agrário regional sempre foi marcado por uma elevada concentração fundiária – expressa na forma espacial do latifúndio –, sendo, dessa forma, esvaziado o seu conteúdo da terra enquanto um bem social.*

Palavras-chave: Índice de Gini; Luta pela terra; Litoral Sul da Bahia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural – com o objetivo de mensurar, historicamente, o grau de concentração da terra na região econômica do Litoral Sul da Bahia a fim de serem criadas possibilidades de desmistificação do discurso dominante da “inviabilidade da reforma agrária dada a inexistência de latifúndios”.³

Adotou-se como metodologia o cálculo do Índice de Gini dos municípios através dos Censos Agrícolas/Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na série histórica de 1920 a 1996. Posteriormente, utilizou-se as categorias definidas pelo Lourival Câmara (Boletim Geográfico Nº 77, agosto/1949): (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula à fraca); (0,251 a 0,500 = fraca à média); (0,501 a 0,700 = média à forte); (0,701 a 0,900 = forte à muito forte); (0,901 a 1,000 = muito forte à absoluta).

Ressalta-se, contudo, que somente a partir de 1970 a metodologia de coleta/sistematização adotada pelo IBGE expressou-se de forma mais “confiável”, fato este que nos conduz a afirmar que os resultados obtidos servem apenas como indicadores para reflexões mais aprofundadas sobre a questão agrária regional.⁴

¹Licenciada e Bacharel em Geografia (DGEO/UFBA) e pesquisadora do Projeto GeografAR (Geografia dos Assentamentos na Área Rural) – Trabalho de conclusão de curso – hingrydi@yahoo.com.br

² Professora Doutora em Geografia (MGEO/UFBA), pesquisadora do CNPq e coordenadora do Projeto GeografAR (Geografia dos Assentamentos na Área Rural) – guiomar@ufba.br

³ Regionalização proposta pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sendo adotado como critério as características sócio-econômicas dos municípios baianos. O Litoral Sul é composto por 53 municípios, equivalendo à maior região econômica do território baiano.

⁴ O Índice de Gini foi criado, em 1912, pelo estatístico, demógrafo e sociólogo italiano “Conrado Gini” (1884 – 1965). Equivale à medida do grau de concentração ou desigualdade de distribuição, nesse caso, a terra. O valor do coeficiente de Gini oscila entre 0 e 1. Quanto mais próximo do zero, menor é o grau de concentração e quanto mais próximo do valor 1, maior é o grau de concentração.

O ÍNDICE DE GINI EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

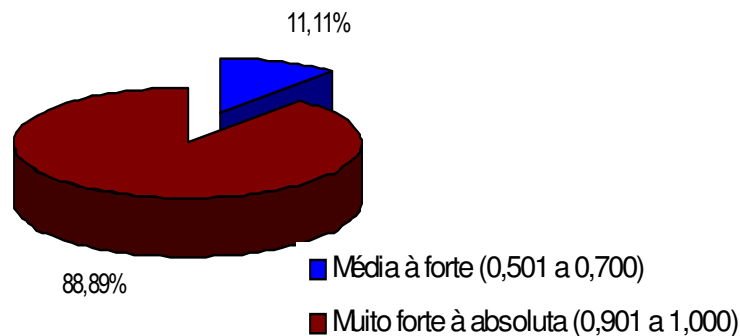
A “Tabela 1” apresenta a evolução histórica do Índice de Gini de cada um dos municípios que integram o espaço regional. Em seguida, são apresentados os dados que expressam os percentuais obtidos nos respectivos anos da realização dos Censos Agrícolas/Agropecuários.

Tabela 1 – Evolução Histórica do Índice de Gini no Litoral Sul da Bahia (1920 à 1996)

Municípios	Índice de Gini								
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Aiquara					0,721	0,700	0,706	0,782	0,793
Almadina					0,589	0,709	0,763	0,660	0,673
Apuarema									0,624
Arataca									0,608
Aurelino Leal					0,625	0,641	0,675	0,718	0,726
Barra do Rocha					0,566	0,622	0,589	0,666	0,600
Barro Preto					0,616	0,605	0,564	0,632	0,495
Buerarema					0,574	0,525	0,628	0,589	0,603
Cairu	0,943	0,722	0,878	0,782	0,802	0,854	0,749	0,880	0,808
Camacan					0,600	0,578	0,666	0,665	0,583
Camamu	0,967	0,502	0,634	0,697	0,788	0,766	0,764	0,767	0,734
Canavieiras	0,966	0,709	0,646	0,563	0,583	0,638	0,684	0,656	0,708
Coaraci				0,596	0,630	0,628	0,716	0,636	0,682
Dário Meira					0,621	0,649	0,740	0,781	0,797
Floresta Azul					0,718	0,689	0,782	0,780	0,787
Gandu				0,514	0,549	0,584	0,677	0,649	0,605
Gongogi					0,766	0,715	0,719	0,783	0,714
Ibicaí				0,582	0,544	0,547	0,704	0,694	0,682
Ibirapitanga					0,391	0,422	0,605	0,641	0,625
Ibirataia					0,455	0,549	0,524	0,603	0,679
Igrapiúna									0,748
Ilhéus	0,996	0,536	0,584	0,651	0,620	0,602	0,653	0,619	0,682
Ipiaú		0,469	0,535	0,533	0,574	0,593	0,715	0,754	0,684
Itabuna	0,994	0,573	0,618	0,684	0,629	0,628	0,636	0,661	0,757
Itacaré		0,658	0,592	0,608	0,681	0,666	0,700	0,721	0,771
Itagibá				0,665	0,654	0,688	0,833	0,842	0,828
Itaji					0,592	0,608	0,827	0,724	0,742
Itaju do Colônia					0,678	0,618	0,653	0,627	0,597
Itajuípe				0,497	0,484	0,483	0,573	0,617	0,632
Itamarí					0,510	0,569	0,658	0,669	0,615
Itapé					0,597	0,634	0,663	0,661	0,702
Itapitanga					0,731	0,680	0,771	0,802	0,806
Ituberá			0,604	0,798	0,663	0,674	0,628	0,623	0,803
Jitaúna					0,543	0,522	0,599	0,608	0,684
Jussari									0,726
Maraú	0,982	0,477	0,693	0,682	0,605	0,677	0,766	0,752	0,759
Mascote					0,573	0,581	0,639	0,680	0,648
Nilo Peçanha		0,313	0,687	0,696	0,697	0,687	0,663	0,707	0,688
Nova Ibiá									0,642
Pau Brasil					0,749	0,698	0,781	0,808	0,685
Piraí do Norte									0,657
Presidente Tancredo Neves									0,703
Santa Cruz da Vitória					0,753	0,768	0,872	0,876	0,786
Santa Luzia									0,632
São José da Vitória									0,542
Taperoá	0,677	0,493	0,699	0,550	0,525	0,587	0,583	0,614	0,708
Teolândia					0,520	0,577	0,554	0,617	0,617

Para que os dados acima apresentados adquiram o significado de “indicadores analíticos”, torna-se necessário uma reflexão sobre os processos sociais que marcaram o espaço regional, nos seus distintos momentos históricos.

Em 1920, 11,11% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte, enquanto que 88,89 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre muito forte à absoluta, como mostra a “Figura 1”:

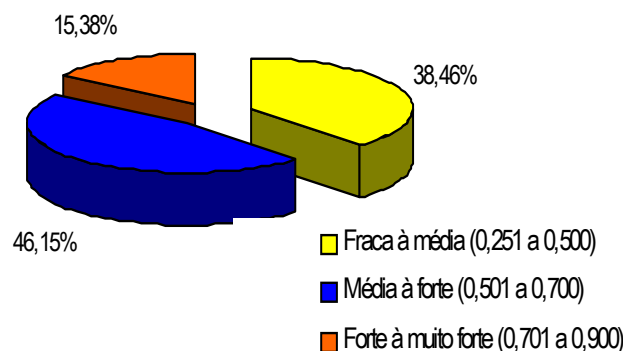


Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1920.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2005.

Figura 1 – Litoral Sul, Índice de Gini, 1920.

O Censo Agrícola de 1920 revela a forte expressão da herança colonial na propriedade da terra, onde a concentração revela-se de forma quase absoluta (88,89%), dado o domínio sucessório da oligarquia regional, seja pelo enraizamento às doações das sesmarias, seja pela apropriação arbitrária das terras devolutas considerando a consolidação da lavoura cacaueteira no espaço regional.

Em 1940, 38,46 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca à média, 46,15% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte e 15,38% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte à muito forte, como mostra a “Figura 2”:



Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1940.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2005.

Figura 2 – Litoral Sul, Índice de Gini, 1940.

O Censo Agrícola de 1940 reflete o processo de interiorização da lavoura cacaueteira com o significativo aumento dos estabelecimentos rurais, dada a intensificação da apropriação arbitrária das terras devolutas e conseqüentes conflitos fundiários decorrentes da dominialidade

ilegal da terra. Também vale ressaltar que a crise ocorrida em 1929 teve repercussões diretas no espaço regional – dado o caráter monocultor agroexportador de sua economia –, favorecendo o enfraquecimento conjuntural da oligarquia rural com os elevados índices de endividamento.

Em 1950, 85,71 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre média à forte, enquanto que 14,29% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte à muito forte.

O Censo Agrícola de 1950 revela o fortalecimento da oligarquia rural e conseqüente expansão dos seus domínios territoriais, uma vez que, neste momento, a região concentrava 95% do total da produção nacional do cacau, o que conferia ao país o segundo lugar no ranking mundial (SANTOS, 1955). Assim, o percentual dos municípios que apresentaram uma concentração variando entre média à forte praticamente duplicou em relação ao Censo de 1940 (46,15%), em substituição à concentração variando de fraca à média (38,46 %).⁵

Em 1960, 9,52 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca à média, 80,95% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte e 9,52 % dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte à muito forte.

O Censo Agrícola de 1960 reflete o enfraquecimento conjuntural da oligarquia rural em virtude da crise de 1957 – assim como ocorrera em 1929 – que aliado à espacialização da “Ligas Camponesas”, efervesceram a apropriação/conflitos fundiários pela posse e uso da terra, com repercussões diretas na propriedade da terra, ainda que alicerçada pela dominialidade ilegal. Assim, constatou-se uma significativa redução das concentrações forte à muito forte/média à forte e a expressão de municípios com a concentração fundiária variando de fraca média (9,52%), fato este inexistente na década anterior.

Em 1970, 9,09 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca à média, 70,45% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte e 20,45 % dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte à muito forte.

Em 1975, 6,82 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca à média, 79,55% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte e 13,64 % dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte à muito forte.

Os Censos Agropecuários de 1970 e 1975 refletem a implementação da política agrícola voltada para a modernização da agricultura, o que favoreceu a capitalização e o conseqüente fortalecimento dos produtores rurais, sendo evidenciado o aumento de mais de 100% da concentração fundiária variando de forte à muito forte, quando se faz uma analogia ao Censo de 1960.

Em 1980, 61,36% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte enquanto que 38,64 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre muito forte à absoluta.

Em 1985, 61,36% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média à forte, enquanto que 38,64 % dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre muito forte à absoluta.

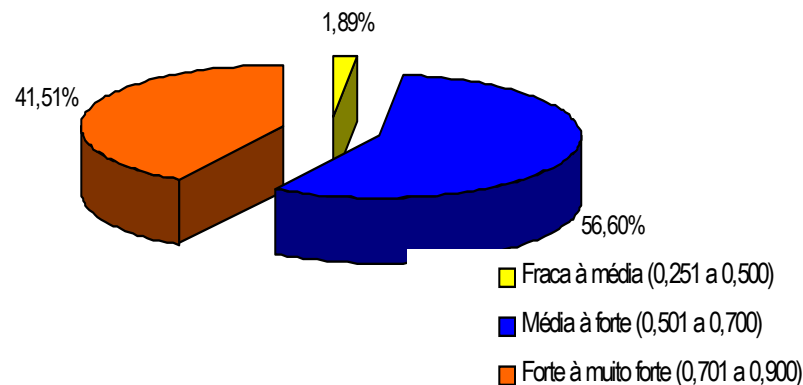
Os Censos Agropecuários de 1980 e 1985 refletem a intensificação do processo iniciado na década anterior, que paralelamente à supervalorização do cacau no mercado internacional, favoreceu a aceleração da inserção do capital no campo regional. Neste contexto, evidencia-se como um das principais diretrizes do PROCACAU a expansão espacial da lavoura cacauzeira na perspectiva de elevação da receita cambial. Para tanto, foram concedidos financiamento e assistência técnica para os grandes produtores, o que estimulou a concentração fundiária, com o desaparecimento da classe “fraca à média” presente no período anterior.

Vale ressaltar também que, neste momento histórico, o espaço regional foi marcado pela “Luta dos Posseiros”, a partir da qual foram implantados os primeiros projetos de assentamentos

⁵ Os municípios que lideram o ranking da produção eram: Ilhéus (36, 03%), Itabuna (21,63%) e Canavieiras (98,66%). In: SANTOS, 1955. p.17.

de reforma agrária. Contudo, apesar desta simbolizar um marco histórico na/da luta pela/na terra, não foram observadas profundas transformações na estrutura fundiária regional.

O Censo Agropecuário de 1995/96 evidencia uma “particularidade”, visto que, sucedendo um momento de crise, iniciada em 1989, revelou, diferentemente dos Censos de 1940 e 1960 (que sucederam as crises de 1929 e 1957), o aumento da concentração da propriedade da terra como se observa na “Figura 3”.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995/6
Elaboração: Projeto GeografAR, 2005.

Figura 3– Litoral Sul, Índice de Gini, 1996.

Presume-se que a crise de 1989 configura-se enquanto uma “crise estrutural”, perpetuando-se por mais de uma década, uma vez que significou a estagnação da economia cacauceira. Assim, observa-se um processo de “reconcentração fundiária”, visto que somente os grandes proprietários vêm tendo condições materiais de resistência e diversificação da base produtiva regional. Ou seja, os pequenos e médios proprietários, em sua grande maioria, não tendo condições de manter as unidades produtivas das fazendas de cacau, desfizeram-se de suas propriedades para os agentes mais capitalizados, sejam os grandes proprietários, sejam os empreendedores do turismo e da indústria madeireira.

Dessa forma, 56,60% dos municípios apresentaram uma concentração variando entre média à fraca, enquanto que 41,51% dos municípios apresentam uma concentração variando entre forte a muito forte. Apenas o município de Barro Preto apresentou uma concentração variando entre fraca a média, equivalendo ao percentual de 1,89%. Esta particularidade municipal exige um aprofundamento analítico local, onde também devem ser considerados outros elementos sócio-espaciais. Contudo, esta análise não está inserida neste trabalho, sendo um dos aspectos que justificam a sua continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, observou-se que a valorização espacial gerou intensas disputas e conflitos pela posse e uso da terra, que repercutiram diretamente na estrutura fundiária regional. Ou seja, a partir da consolidação da base produtiva agrícola, o espaço regional tornou-se valorizado, sofrendo sucessivas fragmentações, dada a intensificação das disputas territoriais entre os seus agentes sociais. Dessa forma, a média da concentração fundiária originária, variando entre

“muito forte a absoluta”, foi progressivamente substituída pela concentração fundiária variando entre “média a fraca”.

Entretanto, vale ressaltar que as variações estatísticas apresentadas não revelaram transformações estruturais na propriedade fundiária, visto que a terra continuou sob o poder do mesmo grupo social, embora as crises produtivas tenham refletido no enfraquecimento de sua hegemonia político-econômica.

Como a acumulação do capital deu-se a partir da concentração da terra e da exploração da força de trabalho assalariada, a valorização da amêndoa cacaeira no mercado internacional não foi traduzida no aumento do salário dos trabalhadores rurais e nem na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Ao contrário, a renda média da maioria da população rural regional sempre foi inferior ao salário mínimo previsto em lei. O Estado atuou como legitimador deste processo, subsidiando a inserção do capital agrário na região, e nesta perspectiva, percebe-se que a organização social regional foi historicamente marcada por um “imobilismo estrutural” (BAIARDI, 1984), sendo à classe trabalhadora negado o direito de uso do espaço socialmente produzido.

Esta realidade só veio a ser transformada, ou melhor, só foram evidenciadas perspectivas de transformação desta realidade, a partir da década de 1990, com a inserção dos movimentos sociais de luta pela terra que, movidos pela utopia de democratização do uso da terra e conseqüente ressocialização dos agentes sociais “excluídos”, vêm marcando a paisagem do espaço regional, com repercussões diretas na sua organização sócio-espacial.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, A. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaeira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS. **Uso Atual das Terras: Centro Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia**. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). Salvador, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) – Sul da Bahia**. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). Salvador, 1997.

GARCEZ, A. N. R. **Em torno da propriedade da terra**. Salvador: Arembepe, 1997.

GARCEZ, A. N. R.; FREITAS, A. F.G. de. **Bahia cacaeira. Um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979. (Estudos Baianos).

GASPARETTO, A; MATOS, Z. **A crise da região cacaeira. Qual a saída?** Ilhéus: Instituto de Estudos Sócio-Políticos da Região Cacaeira (IESP), 1991.

GERMANI, G.I. **Cuestión Agraria y Assentamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)**. Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993. 659p.

GERMANI, G I; SANTOS, C J. S. **Leitura do espaço agrário no estado da Bahia – Índice de Gini**. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Petrolina, 2002. 250-252 p.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, A U. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

SANTOS, M. **Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico**. Bahia: S. A. Artes Gráficas, 1955.

SANTOS e SANTOS, C J. S. **O Processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado – UFBA, Salvador, 2004.

TREVISAN, S.D.P. **Estrutura fundiária e produtividade na região cacaeira da Bahia**. Rodovia Ilhéus-Itabuna: CEPLAC, 1982.

VIEIRA, J. R. **Idéias e idealismo no mundo do cacau**. Ilhéus: Editus, 2000.

